

O direito essencial

O processo de inclusão social não pode mais ser analisado à margem do desempenho macroeconômico de qualquer país. O crescimento sustentado implica, necessariamente, melhorar a distribuição de renda e democratizar os benefícios da economia. De nada adianta expansão significativa do PIB se o avanço não se refletir, também, na renda per capita e na melhoria dos indicadores referentes às prerrogativas básicas da cidadania, em especial a alimentação, moradia, saúde e educação. Contemplá-los é decisivo para viabilizar o verdadeiro conceito de desenvolvimento.

Parece não haver discordâncias quanto a esses preceitos. Entretanto, ainda há imensa distância entre a tese e a prática. São numerosos os países nos quais persistem dívidas sociais em patamares inconcebíveis à luz das definições mais contemporâneas de democracia e capitalismo. Numa visão prática, não há dúvida — como demonstra a experiência bem-sucedida de algumas nações — de que a solução começa na área educacional. Somente o ensino de qualidade universalizado será capaz de promover oportunidades menos díspares na sociedade, impedindo que classes distintas de renda, como no pior regime de castas, estabeleçam de modo pétreo o destino cultural, acadêmico e profissional das novas gerações.

A educação, portanto, consubstancia o direito humano essencial para a inclusão de milhões de habitantes nos benefícios da economia e o exercício pleno das prerrogativas do civismo. Por isso, é muito preocupante o resultado de recente pesquisa indicando

que os estudantes brasileiros, na faixa etária de quatro a 17 anos, ficam, em média, 3,8 horas por dia na escola. Ou seja, menos do que a jornada mínima de quatro horas prevista para os níveis Fundamental e Médio, na Lei das Diretrizes e Bases da Educação.

Ante tais números, constantes de estudo recentemente divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), inúmeros especialistas manifestaram-se francamente favoráveis ao segundo turno sob a responsabilidade da escola. Ou seja, o aluno o dia todo na escola. Sabemos, é verdade, que o Ensino Fundamental e o Médio não são responsabilidade da União, mas sim dos estados e municípios. Porém, considerada a relevância do tema, já é tempo de uma mobilização nacional no sentido de solucionar o problema. Já houve muitos avanços quanto à garantia de vagas, mas ainda há um vácuo de qualidade, que inclui a permanência diária e a longevidade dos alunos na escola, já que também é elevada a evasão dos jovens antes de concluírem o ciclo básico.

O desafio implica a participação da sociedade. De nada adianta cobrar ao Estado o cumprimento de modo pleno de uma responsabilidade constitucional, se cada um não fizer a sua parte para o sucesso da educação como elemento transformador. Nesse sentido, o setor industrial tem colaborado no limite de suas possibilidades, como ocorre no âmbito da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), por meio do Sesi-SP. Em suas escolas, já está sendo praticada a jornada integral, e as unidades, além de ensino de qualidade, têm assistência



Paulo Skaf

de nutricionista, psicólogo, fonoaudiólogo, médico e, ainda, atividades de esportes, lazer e cultura. Há, também, a possibilidade de o aluno fazer curso profissionalizante integrado, por intermédio do Senai-SP.

Como se observa, soluções são viáveis. Entretanto, será necessária, nos próximos anos, firme vontade política para que o ensino seja convertido — de fato e em termos práticos — em prioridade dos países emergentes e em desenvolvimento. Para isso, governos, sociedade e os setores produtivos devem associar-se, resgatando as oportunidades de ascensão dos 72 milhões de crianças sem escola em todo o mundo, dos 20% da população do Planeta considerados analfabetos funcionais e do volumoso número de alunos que passam pelas salas de aula em tempo insuficiente e saem delas sem adquirir os conhecimentos necessários para uma vida produtiva. O Brasil, a despeito dos avanços, ainda é parte dessas estatísticas. As soluções, portanto, são urgentes!

Paulo Skaf é o presidente da Federação e do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp/Ciesp).
